

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS

Coordenação científica

Luis Felipe Salomão

Reynaldo Soares da Fonseca

Renata Gil de Alcantara Videira

Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer

Daniel Castro Gomes da Costa

SISTEMA PENAL CONTEMPORÂNEO

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Apoio: Associação dos Magistrados Brasileiros

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de OliveiraAv. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com AACR2

S1623 Sistema penal contemporâneo / Associação dos Magistrados Brasileiros [et al.]... (Coord.) – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

584p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-65-5518-205-7

1. Direito Penal. 2. Direito Processual Penal. 3. Direito Constitucional. I. Associação dos Magistrados Brasileiros II. Salomão, Luis Felipe. II. Fonseca, Reynaldo Soares da. III. Videira, Renata Gil de Alcantara. IV. Szporer, Patricia Cerqueira Kertzman. V. Costa, Daniel Castro Gomes da. VI. Título.

CDD: 341.2
CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS; SALOMÃO, Luis Felipe; FONSECA, Reynaldo Soares da; VIDEIRA, Renata Gil de Alcantara; SZPORER, Patricia Cerqueira Kertzman; COSTA, Daniel Castro Gomes da (Coord.) *Sistema penal contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 584p. ISBN 978-65-5518-205-7.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
-------------------	----

COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL: EXTENSÃO E PERSPECTIVAS

Sérgio Silveira Banhos, Daniel Castro Gomes da Costa	21
1 Introdução	21
2 A competência da Justiça Eleitoral brasileira no âmbito criminal	22
2.1 Crimes eleitorais em espécie.....	28
2.2 Crimes comuns conexos a crimes eleitorais e o novel julgado do Supremo Tribunal Federal.....	31
3 Breve análise de legislações estrangeiras relativas a crimes eleitorais: Alemanha, Itália, Estados Unidos e Chile	34
4 Conclusão	37
Referências.....	38

A PROGRESSÃO DE REGIMES PARA CRIMES HEDIONDOS APÓS A LEI Nº 13.964/19

Reynaldo Soares da Fonseca, Humberto Barrionuevo Fabretti	41
Introdução	41
1 A progressão de regimes de cumprimento de pena	42
2 A Lei de Crimes Hediondos e a progressão de regimes diferenciada.....	42
2.1 O contexto da Lei de Crimes Hediondos.....	42
2.2 A progressão diferenciada de regimes.....	43
2.3 Critérios jurisprudenciais para a aplicação da progressão de regimes.....	44
3 A Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) e a progressão de regime para crimes hediondos e equiparados	46
3.1 O contexto da Lei nº 13.964/2019.....	46
3.2 Os novos critérios para progressão de regimes	46
3.3 Progressão de regimes para crimes hediondos: <i>novatio legis in melius?</i>	47
Conclusões.....	50
Referências.....	51

JUSTIÇA RESTAURATIVA – UM IMPORTANTE INSTRUMENTO PARA A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS

Humberto Martins	53
1 Introdução	53
2 Justiça Restaurativa	54

2.1	Conceito	54
2.2	Objetivos	55
2.3	Diretrizes	56
3	Por que a justiça restaurativa?	57
3.1	A perspectiva de Aersten	57
3.2	O macroprincípio da fraternidade	58
3.3	O acesso à Justiça e os meios consensuais de solução de controvérsia	60
4	Conclusão	61
	Referências	62

INTEGRAÇÃO NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA: O GRANDE DESAFIO CONSTITUCIONAL

Alexandre de Moraes	63	
I	Introdução	63
II	Necessidade de integração operacional e de inteligências	64
III	Competência legislativa federal e segurança pública	66
IV	Competências delegada e concorrente dos Estadosmembros e segurança pública	70
V	Conclusão	72
	Referências	73

A FORMAÇÃO DE PRECEDENTES NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUA EFICÁCIA VERTICAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL BRASILEIRO

Og Fernandes, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, Jorge André de Carvalho Mendonça	75	
	Introdução	75
1	A legitimidade filosófica do <i>stare decisis</i>	76
2	A teoria dos precedentes sob o ponto de vista dogmático	78
3	A teoria dos precedentes no sistema de justiça penal	81
4	Os precedentes criminais oriundos do Superior Tribunal de Justiça	84
	Conclusões	88
	Referências	89

A ADOÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO NA PERSECUÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIAS PERPETRADAS NO ÂMBITO DE EMPRESAS E DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E O SEU IMPACTO NO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO

Nilson Soares Castelo Branco	93	
1	Introdução	93
2	O ponto de partida: a matriz constitucional do sistema acusatório brasileiro	94
3	A importância da confrontação dos postulados do sistema acusatório à práxis judicial	99
4	O controle judicial de práticas persecutórias que violem direitos e garantias individuais	100
5	A admissibilidade da acusação e seus limites	102
6	A análise das provas apresentadas pela acusação e o impacto sobre o exercício da jurisdição	106

7	A valoração das provas e a refutabilidade da pretensão acusatória em confronto com as teses defensivas.....	109
8	Conclusão	114
	Referências.....	114

A PERSECUÇÃO DA LAVAGEM DE CAPITAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA FOMENTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A TUTELA DO MEIO AMBIENTE

	Rafael Schwez Kurkowski, Francisco de Assis Machado Cardoso	117
	Introdução	117
1	O Ministério Público como fomentador de política pública	121
2	A efetividade da persecução da lavagem de capitais como política pública para a tutela do meio ambiente	126
	Conclusões.....	130
	Referências.....	131

“AUTORICICLAGGIO”: NOTAS DE DIREITO COMPARADO SOBRE O CRIME DE AUTOLAVAGEM NO DIREITO ITALIANO

	Ney de Barros Bello Filho, Bruno Hermes Leal	135
	Introdução	135
1	“Privilégios anacrônicos”	138
1.1	Itinerários normativos	139
1.2	Morfologia típica	142
2	“Ainda o silêncio...”	144
2.1	Segura responsabilização	145
2.2	Unitário desvalor	149
2.3	Sanções individualizadas	152
	Conclusões.....	153
	Referências.....	154

CONFISCO DE BENS TRAVESTIDO DE EFEITO DA CONDENAÇÃO

	Cezar Roberto Bitencourt	159
1	Considerações introdutórias	159
2	Inconstitucionalidade do art. 91-A (art. 5º, XLV)	162
3	Ilegalidade e inconstitucionalidade do confisco de bens de terceiros	166
4	Indispensável instrução paralela e forma procedimental desse confisco do art. 91-A ...	166
5	Distinção entre “confisco-pena” e “confisco-efeito da condenação”	167
5.1	A inexistência de limites no “confisco” previsto no art. 91-A	169
6	Natureza jurídica dessa expropriação sem causa material	170
7	A indispensável instrução paralela sobre a origem dos bens	170
8	Alguns aspectos procedimentais nos casos suspeitos.....	173
9	A modo de conclusão.....	174
	Referências.....	175

CRIMEN ORGANIZADO TRANSNACIONAL Y ESTRATEGIAS PROCESALES EN SU PERSECUCIÓN

Paula Andrea Ramírez Barbosa	177
1 Introducción	177
2 Concepto y delimitación del crimen organizado trasnacional.....	178
3 Características relevantes del crimen organizado trasnacional	179
4 Principales tipologías de la delincuencia organizada trasnacional	183
5 Los principios rectores de las estrategias procesales contra el crimen organizado trasnacional (TEIs).....	185
5.1 Principios rectores de las Técnicas Especiales de Investigación:	185
6 Algunas técnicas especiales de investigación contra el crimen organizado trasnacional	186
6.1 El agente encubierto	186
6.2 La entrega vigilada.....	187
6.3 La vigilancia electrónica.....	188
6.4 La cooperación internacional.....	189
6.5 La extinción del derecho de dominio	190
6.6 Justicia negociada y consensuada	191
7 Retos y propuestas	192
8 Conclusiones	193
Referencias.....	194

DAS VISITAS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS À RECOMENDAÇÃO Nº 62 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: OS PROBLEMAS E MAZELAS DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Edson Medeiros Branco Luiz, Luiz Henrique Camandaroba Castelo Requião	197
I Introdução	197
1 A Organização dos Estados Americanos	197
II Desenvolvimento.....	199
2 Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a incorporação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos	199
3 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos	204
4 Visitas da Comissão à República Federativa do Brasil	206
5 Conselho Nacional de Justiça: Recomendação nº 62.....	209
6 Sistema carcerário brasileiro	211
III Conclusão	219
Referências.....	219

DEMOCRACIA V. CORRUPÇÃO ELEITORAL. INTEGRIDADE DAS ELEIÇÕES, GENUINIDADE DO VOTO POPULAR E VERDADE ELEITORAL

Maria Benedita Malaquias Pires Urbano	221
1 Notas introdutórias	221
2 A corrupção eleitoral e outras realidades afins: manipulação, fraude e pressão sobre o eleitor	224

3	Instrumentos de combate à corrupção eleitoral e à manipulação eleitoral em geral	228
4	A corrupção eleitoral no ordenamento jurídico português	230
5	Notas conclusivas.....	232
	Referências.....	233

ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO DE PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS MAIS RELEVANTES COMO ALICERCE DE UMA CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA DE DIREITO PENAL E DE PENA JUSTA

	Gabriel Wedy, Miguel Tedesco Wedy	235
1	Introdução	235
2	Proteção dos bens jurídicos mais relevantes como função do Direito Penal, relação de cuidado de perigo e a busca de uma pena justa.....	236
3	Conclusão	244
	Referências.....	245

LIÇÕES E DESAFIOS DO COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL

	José Antonio Dias Toffoli	247
1	Introdução	247
2	Sistema político e corrupção no Brasil	247
3	Contexto do combate à corrupção no Brasil.....	248
4	O desafio da segurança jurídica e a atuação do Supremo Tribunal Federal	254
5	Conclusão	258

O CONSENSO NO SISTEMA PROCESSUAL PENAL CONTEMPORÂNEO NO BRASIL E A INTERFACE COM AS INSTÂNCIAS CIVIL E ADMINISTRATIVA

	Humberto Dalla Bernardina de Pinho	261
1	Introdução: a Lei nº 9.099/95 e as ferramentas de composição civil e penal.....	261
2	O acordo de colaboração premiada e de não persecução penal.....	263
3	A interface entre a justiça penal consensual e as instâncias administrativa e civil sancionatórias	269
4	Considerações finais.....	274
	Referências	275

O ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NO CENÁRIO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988: ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE QUANTO À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO JULGAMENTO DE CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	Roberto Carvalho Veloso, Marco Adriano Ramos Fonsêca	277
1	Introdução	277
2	O enfrentamento à corrupção no cenário pós-Constituição de 1988: análise das perspectivas da sociedade quanto à atuação do Poder Judiciário no julgamento de crimes contra a Administração Pública.....	278
2.1	As perspectivas da sociedade brasileira quanto ao fenômeno da corrupção obtidas em recentes pesquisas científicas nacionais de opinião pública.....	279

2.2	As percepções do fenômeno da corrupção no Brasil identificadas a partir de pesquisas científicas de opinião elaboradas por organismos internacionais	281
2.3	Análise das percepções da sociedade quanto à atuação do Poder Judiciário e das instituições do sistema de justiça no enfrentamento à corrupção no cenário pós-Constituição de 1988.....	283
3	Conclusões.....	287
	Referências.....	288

O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA DETERMINAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM FAVOR DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA

Marcus Abraham	291
Introdução	291
1 Mínimo existencial, reserva do possível e a visão dos tribunais superiores	292
2 O guardião das promessas: o Judiciário como ator subsidiário	297
3 A atuação do Judiciário em políticas públicas em favor da população carcerária	299
Conclusões.....	303
Referências.....	303

O PLEA BARGAIN E SEUS MARCOS REGULATÓRIOS EM PERSPECTIVA COMPARADA

Thiago Bottino do Amaral, Lucas Ramos Krause dos Santos Rocha	305
1 Introdução	305
2 <i>Plea bargain</i> no sistema jurídico dos Estados Unidos da América	308
2.1 Aspectos gerais	308
2.2 Os participantes.....	310
2.3 Críticas desenvolvidas a partir da aplicação prática.....	311
3 Visão geral dos marcos regulatórios do <i>plea bargain</i>	313
3.1 Canadá	314
3.2 Alemanha	315
3.3 Itália	317
3.4 França	317
3.5 Comparação de modelos.....	318
4 A eficiência do <i>plea bargain</i> e a produção legislativa brasileira.....	320
Conclusões.....	322
Referências	323

RESULTADOS TARDÍOS Y DIMENSIÓN TEMPORAL DE LA IMPUTACIÓN OBJETIVA

Carlos Shikara Vásquez Shimajuko	327
1 Introducción	327
2 Ubicación sistemática del problema	329
3 La configuración temporal de la sociedad.....	331
3.1 La estructura temporal cíclica de las sociedades tradicionales	331
3.2 La orientación temporal de la sociedad moderna y la superación social del pasado	333

3.3	Conclusões	335
4	Primeira questão metodológica: a necessária «juridificação» de los aportes sociológicos	335
5	Segunda questão metodológica: el Derecho como sistema autopoiético.....	337
6	La prescripción de la pena como programa condicional del sistema del Derecho	339
7	La dimensión temporal de la teoría de la imputación objetiva	341
7.1	Dogmática penal y programación del sistema jurídico. Los conceptos jurídicos adecuados a la realidad	341
7.2	La aplicación, vía analogía in <i>bonam partem</i> , de los plazos de prescripción de la pena	342
7.3	La pérdida de la relación de sentido de unidad delictiva entre acción y resultado tardío. El alcance temporal del riesgo típico (o plazo de imputación)	344
8	Una necesaria distinción: genuinos resultados tardíos y resultados tardíos con implicaciones procesales	347
9	Conclusões finais.....	349
	Referencias.....	350

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E DIREITO PENAL ECONÔMICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REQUISITOS PARA INCIDÊNCIA DO ART. 28-A NOS DELITOS ECONÔMICOS

Adriane Garcel, Fábio André Guaragni, José Laurindo de Souza Netto.....	357
Introdução	357
1 O Acordo de Não Persecução Penal – ANPP	359
2 Os requisitos e a inaplicabilidade do ANPP.....	362
3 O procedimento do ANPP	365
4 A confrontação dos requisitos para incidência do ANPP com os delitos econômicos	366
4.1 O conceito de crimes econômicos	366
4.2 Os crimes econômicos no Brasil e a (in)compatibilidade com o ANPP	368
Considerações finais.....	374
Referências.....	375

BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

Gláucio Roberto Brittes de Araújo.....	377
1 Introdução e problemas teóricos.....	377
2 Abusos nas medidas restritivas de liberdade.....	380
3 Abusos no tratamento do investigado	382
4 Abusos contra prerrogativas de defesa	383
5 Reflexões pontuais sobre outras formas de abuso.....	385
6 Conclusões.....	386
Referências.....	387

ENCARCERAMENTO: CASTIGO OU PUNIÇÃO LEGAL?

Rosane Ramos de Oliveira Michels.....	389
Introdução.....	389
1 A genealogia do castigo	390

1.1	Finalidade, sentido e efeitos do castigo.....	391
1.2	A cruel domesticação do homem.....	393
1.3	A limitação ao direito de punir.....	395
2	A evolução histórica do castigo.....	397
2.1	O eterno retorno.....	398
2.2	A humanização das penas.....	400
2.3	A abolição dos meios violentos.....	401
	Conclusão.....	404
	Referências.....	406

JUIZ DAS GARANTIAS: O MODELO ACUSATÓRIO E OS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ

Carina Lucheta Carrara	409
I Introdução.....	409
II Dos sistemas processuais.....	410
III Do juiz das garantias.....	413
IV Dos poderes instrutórios e função social do processo.....	420
V Do reforço empírico.....	427
VI Conclusão.....	428
Referências.....	429

POLÍTICA DE ALTERNATIVAS PENAIS E TECNOLOGIAS DE ANÁLISE DE RISCO: UMA PROPOSTA MINIMALISTA DE CONVERGÊNCIA

Tiago Dias da Silva	431
1 Introdução.....	431
2 A política brasileira de alternativas penais.....	433
2.1 A reação do Poder Judiciário ao encarceramento em massa através do CNJ.....	433
2.2 A Resolução nº 288/2019 do CNJ.....	435
2.3 Alternativas penais: desafios.....	437
2.4 Alternativas penais e sistemas informatizados.....	439
3 Tecnologia e gestão da criminalidade: prós e contras da lógica atuarial.....	441
3.1 Os instrumentos de análise de risco e a lógica atuarial.....	441
3.2 Riscos de conflitos com os direitos fundamentais.....	444
4 Tecnologia atuarial e alternativas penais: o minimalismo como ponto de convergência.....	445
5 Conclusão.....	448
Referências.....	449

APONTAMENTOS AO CRIME DE CORRUPÇÃO ELEITORAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Tarcisio Vieira de Carvalho Neto	453
1 Introdução.....	453
2 Objeto jurídico.....	454
3 Análise do tipo.....	455

4	Sujeito ativo.....	457
5	Sujeito passivo	457
6	Elemento subjetivo.....	458
7	Consumação e tentativa.....	459
8	Ação penal e prova testemunhal.....	460
9	Independência das esferas	461
10	Conclusão	462
	Referências.....	462

POR UMA JUSTIÇA CRIMINAL MAIS EFICIENTE. PRAGMATISMO, CONSENSUALISMO E TECNOLOGIA

	Anderson de Paiva Gabriel	469
1	Introdução: por um maior pragmatismo no processo penal brasileiro.....	469
2	O consensualismo e o processo penal brasileiro.....	474
3	As ferramentas tecnológicas e o sistema de justiça penal	481
4	Conclusão	488
	Referências.....	490

REFLEXÕES SOBRE ATIVISMO JUDICIAL NO CONTEXTO DA DECLARAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

	Cláudia Vieira Maciel de Sousa	493
1	Introdução	493
2	Conceito e origem do estado de coisas inconstitucional	494
3	O caos no sistema prisional brasileiro como causa de pedir da ADPF nº 347	497
4	O pedido e a decisão do STF	501
5	A análise da inserção da declaração de ECI no ordenamento jurídico brasileiro – ativismo ou judicialização da política?	504
5.1	O posicionamento da doutrina.....	508
6	Desenvolvimento do problema da pesquisa	510
7	Conclusão	511
	Referências	513

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM FOCO: A JUSTIÇA RESTAURATIVA É UMA ABORDAGEM PLAUSÍVEL?

	Sandra Magali Brito Silva Mendonça, Juliana Tonche	515
1	Introdução	515
2	O intrincado problema da violência doméstica	517
3	Sistema penal, prisão e violência doméstica	518
4	A categoria gênero e o processamento das violências no sistema de justiça criminal....	520
5	Violência contra as mulheres no Brasil	522
6	Os grupos reflexivos com homens acusados de violência doméstica	524
7	A justiça restaurativa como outro modelo de intervenção.....	524
8	Justiça restaurativa e violência doméstica	527
9	Conclusões.....	530
	Referências.....	531

DESAFIO AOS JUÍZES: PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA TRANSGÊNERA COM RESPEITO AOS DIREITOS DA MULHER PRESA

Tatiana Almeida de Andrade Dornelles	535
Introdução	535
1 Estado da arte: quem são os personagens envolvidos e qual a legislação que lhes protege	536
1.1 Personagens da disputa.....	536
1.2 Legislação pertinente	540
1.3 Ações constitucionais: ADIN nº 4.275 e ADPF nº 527	542
2 Considerações sobre o alojamento de homens biológicos em presídios de mulheres ..	544
2.1 A opinião dos acadêmicos.....	544
2.2 Críticas à posição acadêmica majoritária.....	546
Conclusão	549
Referências.....	550

A INDISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL NO BRASIL NO PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO

Antonio Henrique Graciano Suxberger	553
1 Introdução	553
2 A dimensão do problema: crimes de ação penal pública.....	554
3 A possibilidade condenatória como decorrência da singularidade acusatória.....	556
4 A vedação de múltipla persecução penal	558
5 Modelo acusatório e suas possibilidades de conformação.....	560
6 Conclusões	562
Referências	563

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS

Marcus Vinicius Furtado Coêlho	565
Introdução	565
1 O sistema penitenciário brasileiro e o “estado de coisas inconstitucional”	566
2 O reconhecimento do estado de coisas inconstitucional nos presídios e seu impacto em decisões posteriores – precedentes relevantes	570
3 Processos estruturais e o estado de coisas inconstitucional.....	573
Conclusão	576
Referências.....	577

SOBRE OS AUTORES	579
-------------------------------	-----